

# Está difícil o Leão morder militar e juiz

Só com acordo daria para corrigir o erro, mas o líder do PL quer manter a isenção



Inocêncio

## Tese polêmica entra só com 430 votando

MARIA LIMA  
Da Editoria de Política

Mesmo com a existência de "um clima de responsabilidade" detectado pelos líderes nas últimas votações, ninguém garante que a questão dos dois turnos para as eleições municipais e a inelegibilidade de parentes do Presidente, governadores e prefeitos sejam incluídas na pauta da sessão de hoje à tarde. Os líderes do PFL e parlamentares do PDT — os dois partidos defendem a derrubada dos dois turnos — anunciam que estas duas matérias só serão votadas hoje se o quorum registrar a presença de, no mínimo, 430 constituintes.

— Os dois turnos e a inelegibilidade são matérias muito importantes para serem votadas com quorum baixo. Na hora da verificação, se constatarmos que o número de presenças é pequeno, vamos retirar o nosso pessoal do plenário e apelar para o bom-senso dos líderes no sentido de que na terça-feira nos submetamos ao veredicto — informou o líder substituto do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE).

Denunciando que o presidente Ulysses Guimarães está conduzindo o processo de votação dentro de uma "total falta de lógica", o líder do governo Carlos Sant'Anna reafirmou que não acredita na votação hoje dos temas polêmicos anunciados. "Nós estamos interpretando a informação de que os dois turnos e a inelegibilidade serão votados hoje como mera motivação do presidente para manter o quorum", disse.

Ele insiste que as matérias mais importantes que vêm sendo adiadas pelo presidente Ulysses Guimarães serão votadas mesmo num único dia entre terça e quinta-feira da próxima semana. "Todo mundo está fazendo uma bruta mobilização para que neste dia tais matérias sejam decididas com um quorum altíssimo", revela o líder governista.

Há constituintes como o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) que demonstram uma certa ansiedade em ver logo resolvidas as questões pendentes. O presidente do PDS — um dos mais assíduos no plenário — alerta, porém, que apesar de muita gente estar na expectativa, "infelizmente o costume desta Casa é sempre procrastinar quando aparece uma dificuldade".

Há outros parlamentares, como o senador Mário Covas (PSDB/SP), que mesmo na expectativa diante da indefinição, considera temerária a decisão do presidente Ulysses Guimarães incluir na pauta de hoje pontos polêmicos.

— Hoje não é um bom dia para a decisão dos dois turnos e inelegibilidade — observa o presidente do PSDB. "Isso pode funcionar como uma faca de dois gumes. Tanto pode atrair os constituintes para a decisão destes pontos pendentes, como também pode desqualificar o quorum, inviabilizando as votações do final de semana", prevê Covas.

Com o mesmo receio o deputado José Lins (PFL/CE) acha mais razoável que o presidente Ulysses Guimarães aproveite o sábado e domingo para avançar as votações do Título VI (Sistema Tributário e Orçamento), considerado pelos líderes como de fácil apreciação. Ele prevê que se o presidente insistir nos pontos polêmicos, as votações serão mesmo inviabilizadas.

A idéia dos líderes que concluíram ontem à noite a análise do Título VI, a votar o Título VII (Ordem Econômica), que deverá revelar mais uma série de pontos polêmicos.

Na parte da Ordem Econômica é fácil enumerar os pontos que certamente provocarão divergências. E neste capítulo que figura, por exemplo, a desapropriação de terras produtivas para Reforma Agrária, conceito de empresa nacional, nacionalização da exploração do minério, contratos de risco para exploração de petróleo, e outros.

A partir de hoje os líderes dos partidos começam as negociações sobre tais pontos, já na tentativa de preparar a pauta de votações de segunda-feira.

Os militares e magistrados dificilmente serão obrigados a pagar Imposto de Renda sobre seus vencimentos integrais. Para isso há necessidade de alterar dois artigos da Constituição que não receberam emendas no segundo turno, o que só seria viável com um acordo de lideranças. Mas o líder do PL, Adolfo de Oliveira, se recusa a aceitar a mudança, invocando o Regimento Interno da Constituinte. Ele assegura que tem apoio do presidente Ulysses Guimarães, que não estaria disposto a aplicar para esse caso a mesma liberalidade que usou em outras oportunidades.

Contudo, Adolfo de Oliveira está disposto a aceitar uma mudança inversa: no artigo que obriga os servidores públicos civis ao pagamento sobre a remuneração o termo seria trocado pela palavra **vencimento**. Desse modo eles seriam praticamente isentos, como os militares e magistrados. O líder do PL não se preocupa com a repercussão que a alteração traria na arrecadação federal, pois é contra o pagamento de Imposto de Renda assalariado e defende a taxa maior das empresas e do grande capital.

— Nós demos interpretação muito liberal ao regimento, mas daí a fazer emenda que não existe é demais, argumentou ainda Adolfo de Oliveira, lembrando que se o texto dos artigos 43 e 100, que tratam da isenção dos militares e magistrados, não receberem emendas é porque é bom. Ou os 559 constituintes dormiram no ponto. Ele admite apenas igualar todos os funcionários, porque as emendas ao artigo 38 dariam respaldo à iniciativa.

O deputado também não admite a hipótese de restabelecer o privilégio dos deputados e senadores, que só com a nova Carta ficarão obrigados a pagar Imposto de Renda a partir de 1º de janeiro de 1989.

A Receita Federal analisou o texto da nova Constituição que trata do pagamento do Imposto de Renda pelas diferentes classes de servidores e constatou que como estão redigidos alguns incisos dos artigos 43 e do 100, realmente os magistrados e militares estão praticamente isentos. O problema, segundo o deputado José Lins (PFL-CE), foi levantado por ele em diferentes ocasiões das reuniões para acordo e mesmo assim ninguém tomou a iniciativa de fazer a correção.

Os principais líderes da Constituinte garantem que farão as alterações de modo a que o espírito da cobrança do Imposto de Renda de todos os funcionários seja restabelecido, evitando a formação de castas. Enegam que ele seja um equívoco proposital. Os deputados José Lourenço, do PFL, e Nelson Jobim, do PMDB, asseguraram que haverá acordo para a mudança. Mas Gastone Righi, do PTB, não está preocupado com o assunto e acha que se os parlamentares reclamaram demais porque pagarão pelo total da remuneração terão ainda tempo de se safar do Leão na legislação ordinária que regulamentará a cobrança.

Para Righi, basta que a Constituição não proíba a cobrança para obrigar militares e magistrados ao pagamento do Imposto de Renda. Ele não acha demais cobrar apenas do vencimento: quem reclama "está procurando chifre na cabeça de cavalo". E que,

explicou, os dois grupos não têm mesmo remuneração e sim vencimentos.

O líder do PSDB, deputado Artur da Távola, defende a aplicação do princípio geral para que todos paguem o Imposto de Renda sobre o total do contracheque, mas não tem ainda uma definição de como encaminhará o tema na mesa das negociações. De um modo geral, os líderes estão convencidos de que apenas a intervenção do presidente Ulysses Guimarães poderia salvar um acordo, já que os artigos em foco não sofreram emendas no segundo turno.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, defende a igualdade para a aplicação do princípio de cobrança, mas reconheceu que será muito difícil conseguir unanimidade para um acordo nesse sentido.

Coronel da reserva remunerada, o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, preferiu dizer que pensava que os militares pagariam Imposto de Renda sobre o total da remuneração, "mas não me incomodarei se permanecer a situação que está escrita na Carta". Ele preferiu não polemizar, embora assegurou que vencimento inclui outros pagamentos além do soldo, deixando de fora apenas as vantagens, que são temporárias.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, quer incluir o tema entre os polêmicos que ficarão para negociações posteriores, porque acha que eles devem ter uma decisão coletiva das lideranças. Ontem ele não sabia mais se seria possível mover as resistências existentes no grupo para a alteração nesse aspecto do Imposto de Renda.

EUGÊNIO NOVAES



Nelson Jobim e José Lourenço: um dia de muita conversa ao pé do ouvido

## Ulysses: texto acaba até sexta

O deputado Ulysses Guimarães disse ontem que, diante dos resultados das votações já verificadas e o sucesso dos trabalhos concentrados, dá para prever que, entre quinta e sexta-feira da próxima semana estará concluída a votação em segundo turno do projeto constitucional.

O presidente da Constituinte esclareceu que ontem foram votados 49 dispositivos, sendo 19 pela manhã, e 30 à tarde, restando, ainda, 293 para conclusão dos trabalhos. A sua previsão é de que, "pelo dia 20 de setembro a nova Constituição estará sendo promulgada".

## Inelegibilidade pode ser adiada

A Constituinte deverá votar hoje proposta nas Disposições Transitórias suspendendo a aplicação no próximo pleito municipal da inelegibilidade de parentes consanguíneos, apenas para atender aos interesses de três parlamentares: Cássio Cunha Lima, candidato a prefeito de Campina Grande (seu pai é o atual prefeito); Ana Maria Rattes, candidata a prefeita de Petrópolis (seu marido, Paulo Rattes é o atual prefeito) e João Agripino Neto, cujo tio, José Sérgio Maia, é candidato a prefeito de Catolé do Rocha, no interior da Paraíba (seu filho é o atual prefeito).

Líderes de vários partidos consideram imoral que a Constituinte suspenda a aplicação de uma lei para o próximo pleito municipal apenas para beneficiar três de seus integrantes. "É um consuísmo escandaloso", diziam importantes líderes partidários.

## Não houve equívoco, diz Derzi

"Não houve equívoco nenhum. Tudo foi votado certo e não há o que corrigir. Militar ganha pouco e não pode, como os magistrados, ter nenhuma outra atividade. Por isso, eles precisavam mesmo de ser protegidos da mordida do Leão em seus contracheques", disse ontem o líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, assegurando que a isenção foi colocada no texto da Constituição propositalmente. Ao ser lembrado que os militares e magistrados podiam ser professores, acrescentou: são raros os que acumulam. O senador revelou que foi

autor de diversas emendas isentando os militares e magistrados do pagamento de Imposto de Renda e não está disposto a acatar nenhum acordo de liderança que vise alterar os artigos da Constituição que beneficiam os dois grupos. Para Derzi, se isso acontecer, será uma violação ao regimento, exigindo uma terceira rodada de votação. Depois, advertiu: "Olha lá que militar não gosta de violência".

Para o líder governista no Senado, a cobrança do Imposto de Renda integral dos parlamentares, que

junto com os militares e magistrados eram as únicas categorias que não estavam sujeitas ao pagamento, é justa. Os deputados e senadores podem ter quantas atividades quiserem, disse Derzi, para quem nesse assunto nada deve ser alterado no texto durante o segundo turno.

Por último, o senador Saldanha Derzi comentou que os militares ganham pouco e não poderiam de forma alguma ficar ameaçados de uma cobrança de Imposto de Renda que consumiria até 30 por cento dos seus contracheques.

## Só quorum garante segundo turno

O vice-líder do PFL, deputado José Lins (CE), assegurou que seu partido não irá votar os dois turnos para as eleições gerais no País, durante a sessão de hoje à tarde, o quorum estiver reduzido. Ontem, os partidos contrários aos dois turnos começaram a discutir estratégias para a votação que o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, pretende realizar hoje. Esses partidos estão preocupados com o quorum e, se não houver um mínimo de 400 constituintes em plenário, até mesmo manobras de obstrução irão ocorrer.

Tanto o PFL, como o PDS, PTB, PDT e parte do PMDB precisam ter assegurados 280 parlamentares para tentarem suprimir do texto constitucional a realização dos dois turnos nas eleições municipais

(inclusive as futuras). Com um quorum reduzido, a tentativa fica comprometida. E, como não há a menor possibilidade de acordo entre as lideranças no sentido de incluir no Capítulo das Disposições Transitórias artigo eliminando os dois turnos somente para as eleições deste ano, o jeito é derrubar o dispositivo no texto permanente.

O PFL vai mais além. Segundo Lins, se houver radicalização no momento da votação, a única saída será a tentativa de suprimir os dois turnos em todas as eleições — das presidenciais às municipais. José Lins era um dos poucos a acreditar, ainda, numa possibilidade de acordo até a hora da votação.

O PDT vai se associar às manobras mas como primeiro recurso, irá propor o adiamento da votação. O

vice-líder do partido, deputado Amaury Muller (RS), afirmou que o PDT, no caso de quorum reduzido, vai invocar uma norma já adotada em outras matérias: "Toda vez que um tema polêmico entra em votação e não há acordo de todas as lideranças, automaticamente, fica adiada sua apreciação no plenário". Ele assegura que se trata de um adiamento tácito, com respaldo em experiências passadas.

O PDS também irá adotar a mesma postura do PFL e do PDT. O deputado Bonifácio de Andrada (MG) informou que o assunto não foi inteiramente discutido na bancada mas em princípio o primeiro recurso a ser adotado pelos pedessistas será o de solicitar o adiamento da votação.